



01

N.º EDIÇÃO

07.FEV.2017

NEWSLETTER
CUIDADOS DE
SAÚDE HOSPITALARES



SPMS
EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

Editorial

Este editorial pretende relevar a ação dos Cuidados de Saúde Hospitalares, integrada na reforma do Serviço Nacional de Saúde. A SPMS, no âmbito das suas competências, tem apostado na dinamização de várias ações e iniciativas. Um dos aspetos-chave, diretamente relacionado com a área de intervenção da SPMS, EPE, passa por melhorar a informação e os sistemas informáticos de saúde para uma boa prestação de serviços hospitalares ao cidadão.

Melhorar passa, efetivamente, por mudar processos, culturas, hábitos e transformar. Mudar paradigmas é, sobretudo, transformar digitalmente o SNS e a saúde em geral. A transformação digital assume-se, indubitavelmente, como um eixo estratégico na SPMS, em alinhamento com o previsto no programa do XXI Governo Constitucional.

Avançar para um SNS sem Papel é fundamental. Desmaterializar e simplificar processos administrativos e de suporte à prática clínica, melhorar a interoperabilidade e a partilha de dados e de informação, de forma segura e rápida, são

desenvolvimentos que potenciam sinergias nos Cuidados de Saúde Hospitalares.

O caminho da mudança, já iniciado, visa imprimir no SNS uma nova dinâmica processual, tornando-se crucial a operacionalização da alteração “do papel para o digital”.

A SPMS tem sido uma alavanca impulsionadora na abordagem digital no setor da saúde, investindo, por exemplo, na disponibilização de dados e serviços através duma abordagem centrada no Registo de Saúde Eletrónico e nos portais convexos, ou em projetos como os Exames Sem Papel e a Receita Sem Papel que, nos últimos 10 meses, possibilitou o envio de mais de 55 000 SMS diários, permitindo que milhares de cidadãos pudessem dispensar os seus medicamentos recorrendo apenas a um SMS.

Outras iniciativas estão em curso, como os já referidos Exames Sem Papel, vulgarmente designados por Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDTs), ou seja, a partilha de imagens, resultados de exames e de alertas para realização e agendamento dos mesmos. Este projeto impacta

com a necessidade de rapidamente avançar com a desmaterialização dos pedidos e entrega de resultados, ou a generalização dos mecanismos de partilha de imagens e resultados, começando pelos softwares de PACSs dos hospitais públicos com todas as entidades do SNS e, posteriormente, com entidades não SNS. Neste momento, já mais de 25% dos hospitais públicos partilham imagens com redes SNS. Durante o ano de 2017, estima-se generalizar este procedimento.

No âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (ENCPE 2020), a SPMS integra o conjunto de entidades incumbidas do acompanhamento e monitorização da sustentabilidade ambiental nas Compras Públicas em geral.

Também está em marcha a criação de uma rede de TeleSaúde no SNS, através do Centro Nacional de TeleSaúde, conforme determinado na Resolução de Conselho de Ministros nº. 67/2016, cuja dinamização está atribuída à SPMS. Está previsto que, neste domínio, os hospitais assumam um papel preponderante na aproximação do SNS ao cidadão.

A Estratégia Nacional para o Ecosistema da Informação de Saúde até 2020 (ENESIS2020) reforça a

interoperabilidade dos sistemas de informação nos hospitais públicos, não descurando a oportunidade para inovar, aperfeiçoar e disponibilizar múltiplas plataformas de serviços digitais. Desta forma, promove-se a eficiência e eficácia no desempenho da prática clínica dos profissionais de saúde dos hospitais, e do SNS em geral, norteando, assim, o compromisso da SPMS em contribuir para a melhoria do desempenho dos profissionais de saúde. Em 2017, vamos continuar a fazer mais e melhor!

Numa perspetiva de transparência, criámos uma newsletter quinzenal, para divulgar projetos e iniciativas da SPMS e do SNS dedicados aos Cuidados de Saúde Hospitalares. Bem-vindos(as)!



Rogério Rodrigues

Vogal Executivo do Conselho de Administração da SPMS, EPE.

SIMH – Sistema de Informação Para a Morbilidade Hospitalar

Para responder à necessidade de reformular e adaptar os sistemas de informação nas instituições hospitalares, de forma a permitirem a codificação de episódios em ICD-10-CM/PCS, a SPMS desenvolveu o Sistema de Informação para a Morbilidade Hospitalar (SIMH), a evolução do sistema WebGDH.

O SIMH tem como principal finalidade recolher, editar e agrupar em GDH - (Grupos de Diagnósticos Homogéneos) episódios de Internamento e Ambulatório, permitindo a integração de dados administrativos de vários sistemas (SONHO e outros). Garante que a codificação do episódio é feita na aplicação, tornando o serviço prestado mais eficaz e eficiente.

A mudança de codificação clínica, de ICD-9-CM para ICD-10-CM/PCS, assenta no reconhecimento internacional de que esta nova codificação é mais exhaustiva e mais adequada para retratar as inovações do estudo, descrição e classificação das diferentes doenças.

Com o SIMH, o serviço melhora a vários níveis:

- | | | |
|---------------|-------------------|------------------------------|
| ✓ Segurança | ✓ Compatibilidade | ✓ Estabilidade |
| ✓ Qualidade | ✓ Robustez | ✓ Performance |
| ✓ Usabilidade | ✓ Confiabilidade | ✓ Melhor Qualidade de Dados* |

*Através de uniformização dos dados recolhidos nas várias entidades e da disponibilização de webservices verifica-se um maior número de entidades a utilizar integrações automáticas

Sendo um sistema evolutivo do WebGDH, além de replicar as funcionalidades já existentes, apresenta novas funções:

- ✓ Agrupamento automático
- ✓ Envio automático para o sistema de faturação
- ✓ Módulo de apoio à codificação clínica de acesso exclusivo ao médico codificador
- ✓ Pesquisa de códigos de diagnóstico por índice
- ✓ Pesquisa de códigos de procedimento por construção em cascata
- ✓ Validação central de dados (número de utente, instituição, etc)

A implementação do SIMH arrancou, entre outubro e novembro de 2016, em três hospitais: Centro Hospitalar de São João, Centro Hospitalar Central e Hospital do Espírito Santo – Évora.

Concluída a fase piloto, a SPMS iniciou o rollout nacional em janeiro, prevendo que a implementação do SIMH termine durante o mês de fevereiro em todos os hospitais do Serviço Nacional de Saúde, incluindo instituições em regime PPP (Parcerias Público-Privadas). ■

Plataforma eSTudo Apóia Formação Codificação Clínica em ICD-10-CM/PCS

No contexto da formação, a SPMS tem garantido o desenvolvimento e acesso a várias ações formativas, dirigidas a profissionais de qualquer entidade do SNS, através da sua plataforma eSTudo (elearning - ensino a distância).

No caso do curso de Codificação Clínica – transição ICD-9-CM para ICD-10-CM/PCS, promovido pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), a SPMS assegurou todo o suporte e acompanhamento técnico a formadores e a cerca de 600 formandos (médicos). Disponibilizou, pela plataforma, conteúdos formativos e exercícios práticos e interativos, complementando a componente presencial (40 horas).

O curso teve várias edições, realizadas entre setembro e dezembro de 2016, sendo direcionado a médicos codificadores e auditores das instituições hospitalares e, também, a elementos da Comissão Técnica da Codificação Clínica. O objetivo foi dotar os formandos com conhecimentos fundamentais sobre a codificação clínica ICD-10-CM/PCS. A adoção da nova codificação

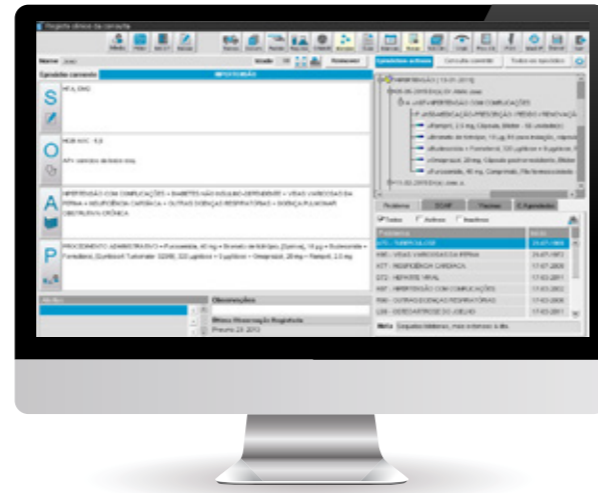
é fundamental para Portugal, de forma a não ficar afastado das tendências internacionais e consequente desatualização das boas práticas.

Este curso ainda poderá ser requerido pelas entidades hospitalares, cujo pedido deverá ser efetuado à ACSS, através de codificacaoclinica@acss.min-saude.pt. Posteriormente, a ACSS articula com a SPMS a disponibilização da plataforma eSTudo, dando início a uma nova edição do curso. ■



SCLínico Hospitalar

Desafios para 2017



Instalado em 94 unidades hospitalares, o sistema de informação SCLínico é utilizado por mais de 62 000 profissionais de saúde.

Além dos módulos de Gestão, Consulta Externa, Hospital de Dia, Internamento, Nutrição/Alimentação, TDT's, Triagem, Urgência e Bloco Operatório, o SCLínico Hospitalar está agora a integrar dois novos módulos, o de Cirurgia de Ambulatório e a VCI – Visão Clínica Integrada (que substituirá a funcionalidade atual de processo clínico eletrónico).

Em 2016, a SPMS conseguiu superar diversas metas relativamente ao SCLínico. Desde o processo de atualizações e desenvolvimento de funcionalidades, nomeadamente no módulo de urgência, de triagem e normalização dos registos de enfermagem, à implementação do SCLínico/SONHOV2 no Hospital da Horta, Centro Hospitalar de Leiria (CHL), Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil (IPOLFG) e Hospital Garcia

de Orta (HGO). Foi também disponibilizado o módulo de urgência e triagem em 30 entidades, que progressivamente estão a começar a adotá-lo. A nível tecnológico, foi desenvolvida a versão beta da VCI, estando já instalada no CHL e no IPOLFG.

Para 2017, muitos são os desafios do SCLínico, em alinhamento com a Estratégia Nacional para o Ecosistema de Informação de Saúde (ENESIS 2020), aprovada em Conselho de Ministros. São vários os desenvolvimentos previstos, quer funcionais, quer tecnológicos, bem como ao nível da implementação do SCLínico-H/SONHOV2/LIGHT em várias instituições hospitalares, por exemplo a ULS do Litoral Alentejano e o Centro Hospitalar do Porto.

No primeiro semestre do ano, e a título de exemplo, decorre a implementação de funcionalidades

para a codificação clínica ICD-10-CM/PCS, o Atestado Médico para a Carta de Condução, o módulo cirurgia de ambulatório, novos perfis, incluindo para estudantes de medicina e o desenvolvimento de triagem canadiana, cuja implementação será realizada no decorrer do segundo semestre.

Ainda em 2017 estarão em desenvolvimento tecnologias de business intelligence clínico, que permitirão aos profissionais de saúde e instituições um novo olhar sobre aquilo que é a sua prática assistencial, suportadas pelas mais recentes tecnologias.

As atualizações do SCLínico Hospitalar centram-se, acima de tudo, na interoperabilidade, na integração e partilha, cada vez mais eficaz e eficiente, de informação e dados e a respetiva sistematização, tendo por objetivo proporcionar um melhor desempenho profissional e, consequentemente, melhorar o apoio, acompanhamento e assistência ao cidadão.

A SPMS está empenhada em prestar um serviço de excelência no que concerne a entrega, manutenção, suporte e aplicação de desenvolvimentos evolutivos dos seus produtos. No âmbito da iniciativa **SCLínico +**, a ser lançada em breve, será definida a política

de suporte às instituições e atualizações corretivas e evolutivas do sistema SCLínico Hospitalar, bem como serão apresentadas em detalhe as próximas funcionalidades a implementar. Desta forma, pretende-se aumentar a proximidade e o acolhimento de contributos por parte dos profissionais de saúde, através da constituição de user-groups online e presenciais.

A SPMS pretende capacitar as instituições de saúde a atingir os mais elevados padrões, no que respeita à informação e adequação de processos no contexto de transformação digital do SNS, em prol da saúde do cidadão. ■

Para 2017, muitos são os desafios do SCLínico, em alinhamento com a Estratégia Nacional para o Ecosistema de Informação de Saúde (ENESIS 2020).

PEM - Prescrição de Medicamentos Biológicos

A SPMS, EPE, juntamente com a Direção-Geral da Saúde (DGS) e a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P. (Infarmed) publicou, em janeiro deste ano, a Circular Normativa Conjunta N.º1, na qual se determina que a prescrição de medicamentos, ao abrigo da [Portaria nº 48/2016 de 22 de março](#), seja feita exclusivamente através da PEM, disponibilizada pela SPMS, seja em ambiente público, seja em ambiente privado.

Esta Portaria estabelece o regime excecional de comparticipação de medicamentos destinados ao tratamento de doentes com artrite reumatoide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas. A prescrição dos medicamentos constantes do Anexo I da mesma Portaria podem ser prescritos apenas em consultas especializadas no diagnóstico e tratamento das doenças acima indicadas, devendo o médico prescriptor mencionar expressamente o regime excecional.



A prescrição de medicamentos biológicos pela PEM deve reunir os seguintes requisitos:

- a) O local de prescrição é um centro prescriptor registado no site da Direção-Geral da Saúde;
- b) O médico do centro prescriptor está igualmente registado no site da Direção-Geral da Saúde para a prescrição de medicamentos biológicos;
- c) O local de prescrição tem um código de local de prescrição válido, não sendo, para esse efeito, admissíveis códigos associados a Locais de Prescrição de Entidade Utilizadora Privada (LPEUPs).

Para cumprir o disposto na [Circular Normativa Conjunta N.º 1 /DGS/INFARMED/SPMS](#), a SPMS disponibiliza o acesso à aplicação de prescrição PEM em ambiente privado, pelo que devem os centros prescritores solicitar junto da SPMS, caso não o tenham já efetuado, o acesso à PEM para prescrição em ambiente privado, para cada prescriptor individualmente, acedendo a <http://spms.min-saude.pt/product/pem/> ou, em alternativa, efetuar essa solicitação através do endereço servicedesk@spms.min-saude.pt.

A PEM disponibiliza um separador de prescrição do tipo “BIO”, específico para a prescrição deste tipo de medicamentos, e cuja aplicação obriga à materialização da receita, pelo que o médico prescriptor deverá assinar manuscritamente a mesma.

A materialização da receita ocorre para que seja possível a sua dispensa exclusiva através dos Serviços Farmacêuticos dos Hospitais do SNS.

As farmácias hospitalares podem dispensar os medicamentos, previstos na Portaria nº 48/2016, apenas quando se verificarem, cumulativamente, as seguintes condições: o centro prescriptor esteja registado no site da DGS e a dispensa do medicamento registada em base de dados específica para este efeito.

A DGS deve criar as condições necessárias para o registo das dispensas de todos os medicamentos biológicos, para acompanhamento e monitorização do historial terapêutico do doente, por parte das farmácias hospitalares, nas bases de dados da Sociedade Portuguesa de Reumatologia e da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, com observância das regras estabelecidas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados. ■

Desmaterialização do Atestado Médico para a Carta de Condução

A SPMS disponibiliza o novo modelo eletrónico que irá permitir a desmaterialização do atestado médico de aptidão para a condução e a comunicação eletrónica do mesmo para o IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, bem como promover a sua implementação pelos vários operadores.



Desenvolvida no SClínico, a funcionalidade a disponibilizar entra em funcionamento, de forma faseada, durante o primeiro trimestre de 2017, tendo em conta a operacionalização até 01 de abril.

Esta nova funcionalidade estará disponível no SClínico Hospitalar, em âmbito de consulta, possibilitando a qualquer médico, em contexto hospitalar, a emissão e transmissão eletrónica do Atestado Médico para a Carta de Condução (ACC). As unidades de saúde que utilizem outros sistemas de informação deverão articular com os respetivos fornecedores de software a adaptação necessária.

Este processo resulta de uma parceria entre a Direção-Geral da Saúde (DGS) e o IMT, sendo a SPMS

e a Agência Para a Modernização Administrativa (AMA), os parceiros tecnológicos. Com o novo sistema informático de emissão de atestados médicos, por via eletrónica, torna-se mais célere o processo de obtenção de título de condução para condutores e candidatos a condutores.

Visando o controlo, simplificação e otimização dos processos, bem como a melhoria da segurança rodoviária e da saúde pública, o projeto ACC enquadra-se na medida SIMPLEX – Carta sobre Rodas do Programa do XXI Governo Constitucional.

Entra em vigor, simultaneamente, nos estabelecimentos integrados no SNS e no setor privado, no próximo dia 01 de abril. ■

SICC – Nova Plataforma de Contabilidade do SNS

A SPMS tem vindo a proceder à migração da informação contabilística do Sistema de Informação Descentralizado de Contabilidade (SIDC) para o Sistema de Informação Centralizado de Contabilidade (SICC), desde 2014.

A implementação deste projeto requer um trabalho exaustivo de preparação, coordenação e operacionalização, conseguido através de sinergias e do esforço e profissionalismo das equipas que, em conjunto, participam neste processo de gestão de mudança.

De forma a garantir o êxito da instalação da nova plataforma de contabilidade e gestão financeira, a SPMS tem contado com o apoio das várias entidades que agora beneficiam do SICC, como foi o caso da Administração Regional de Saúde do Centro, a 38.ª entidade de saúde a adotar este sistema de informação.

O SICC visa a recolha e gestão de

38 ORGANISMOS MIGRADOS

11.07.2014	Hospital de Guimaraes, EPR
25.08.2014	Instituto Português de Oncologia - Lisboa, EPR
23.09.2014	Centro Hospitalar Póvoa do Varzim - Vila do Conde, EPR
25.09.2014	Hospital Magalhães Lemos - Porto, EPR
26.09.2014	Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPR
17.10.2014	Hospital Santa Maria Maior, EPR - Barcelos
23.10.2014	Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPR
24.10.2014	Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro, EPR
27.10.2014	Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPR
25.11.2014	Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPR
26.11.2014	Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPR
02.12.2014	Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPR
09.12.2014	Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPR
16.12.2014	Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPR
08.01.2015	Centro Hospitalar de São João, EPR
12.01.2015	Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPR
15.01.2015	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPR
16.01.2015	Centro Hospitalar do Porto, EPR
28.01.2015	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPR
21.07.2015	Centro Hospitalar da Cova da Beira, EPR
23.07.2015	Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia / Espinho, EPR
14.08.2015	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
31.08.2015	Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede
12.01.2016	Centro de Medicina de Reabilitação Dr.Rovisco Pais
21.03.2016	Centro Hospitalar do Médio Ave, EPR
16.07.2016	ARS Norte
24.08.2016	ARS Algarve
01.09.2016	Centro Hospitalar do Oeste
07.09.2016	Instituto Nacional de Saúde Dr.Ricardo Jorge, IP
03.11.2016	Hospital Dr.Francisco Zagalo - Ovar
09.11.2016	Administração Central do Sistema de Saúde, IP
24.11.2016	Instituto Português do Sangue e da transplantação, IP
29.11.2016	ARS Alentejo
19.12.2016	Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPR
23.12.2016	Unidade Local de Saúde da Guarda, EPR
28.12.2016	Instituto Oftalmológico Dr.Gama Pinto
05.01.2017	Hospital Distrital de Santarém, EPR
12.01.2017	ARS Centro



Luís Carneiro
Gestor de Projeto, SICC

O SICC visa a recolha e gestão de informação contabilística e financeira assim como o respetivo reporting, de forma centralizada a nível nacional, permitindo maior fiabilidade, segurança, tempestividade e simplificação de processos.

informação contabilística e financeira assim como o respetivo reporting, de forma centralizada a nível nacional, permitindo maior fiabilidade, segurança, tempestividade e simplificação de processos.

Centralizados num único sistema, todos os dados financeiros do Ministério da Saúde ficam, assim, acessíveis em tempo real.

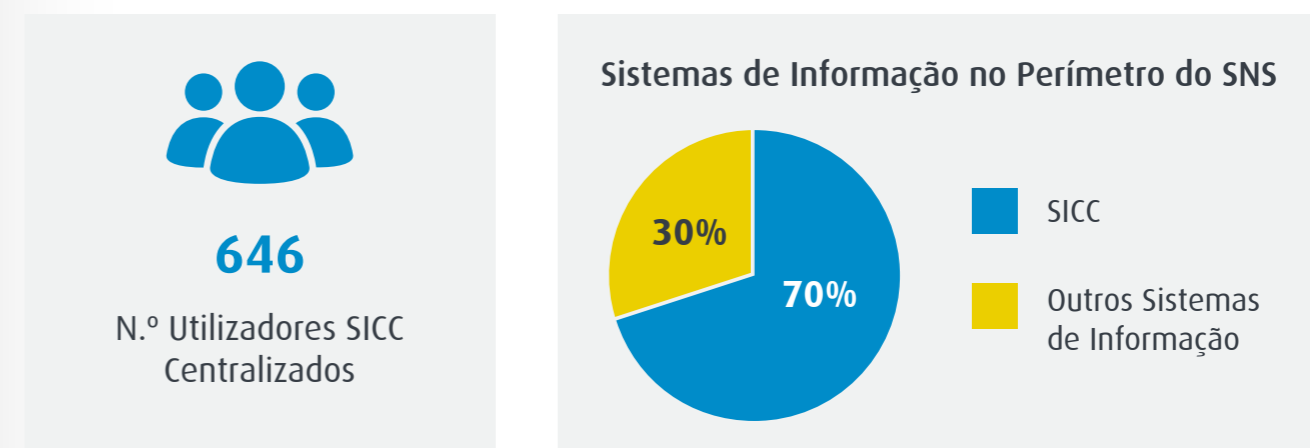
Ao efetuar registos na Contabilidade Orçamental, Patrimonial e Analítica, esta plataforma consagra, uma perspetiva interoperacional, os princípios contabilísticos inerentes a estas três óticas contabilísticas, possibilitando a produção de mapas, definidos legalmente para a Direção-Geral do Orçamento, Tribunal de Contas, ACSS, IP, entre outros.

Com a migração dos 38 organismos, o projeto SICC entra numa nova fase de consolidação, controlo e auditoria de todos os dados migrados e uniformização de procedimentos. Neste sentido, será constituída uma equipa transversal de consultores especializados com o objetivo de promover ações de formação em processos contabilísticos, de orçamentação e gestão financeira. Paralelamente, será efetuada a monitorização global da performance e criação de funcionalidades centrais de envio e tratamento de informação. Considerando as mais-valias do SICC, a SPMS tem sido contactada por

diversas entidades de saúde, com a finalidade de procederem à migração de informações para este sistema de informação.

Em 2017, o projeto SICC também irá desenvolver capacidade para incorporar o novo normativo contabilístico SNC-AP, envolvendo neste desafio todas as entidades do Ministério da Saúde.

Registos centralizados em 2016 (valores a 13 de Janeiro de 2017 – a esta data o exercício de 2016 ainda não está encerrado):



Sistemas	SICC	Outros	Total
Instituições	38	17	55



SPMS
EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE